1)ATA DA REUNIÃO DE ESCUTA ATIVA NUGEPNAC/CEIJAP/TJAP

2) QUEM: DESEMBARGADOR VICE PRESIDENTE CARLOS TORK, DESEMBARGADOR DIRETOR GERAL DA EJAP ADÃO CARVALHO, DESEMBARGADOR JAYME FERREIRA, COORDENADOR NUGEPNAC, JUIZ ESCLEPÍADES NETO, COORDENADOR CEIJAP, JUIZ AUXILIAR DA PRESIDÊNCIA NILTON BIANQUINI, GRUPO OPERACIONAL DO NÚCLEO DE GERENCIAMENTO DE PRECEDENTES E AÇÕES COLETIVAS - NUGEPNAC/TJAP E GRUPO OPERACIONAL DO CENTRO DE INTELIGÊNCIA – CEIJAP/TJAP, CHEFES DE GABINETES E ASSESSORES JURÍDICOS DOS GABINETES DOS DESEMBARGADORES

3) QUANDO: 27/09/2021.

4) QUE HORAS: 12:30–13:30 hrs

5) ESPAÇO: VIRTUAL (ZOOM)

6) CHAMADA: Desembargador Carlos Tork, Desembargador Adão Carvalho, Desembargador Jayme Ferreira (coordenador do NUGEPNAC), Juiz Auxiliar da Presidência Nilton Bianquini, Juiz Esclepíades Neto, Coordenador Ceijap, Taisa Mendonça, Nádia Amanajas, Márcia Correa, Marco Antônio; Bernadeth Farias (Ascom), assessores jurídicos e chefes de gabinete.

7) Pauta: Reunião de escuta ativa com os Gabinetes dos Desembargadores;

Desembargador Vice presidente, Carlos Tork, deu início à reunião: Fez fala inicial, na qualidade de vice presidente e também por seu Gab. 5. Desejou um excelente trabalho e pontuou a importância da escuta ativa para avaliar o que já foi feito, o que está sendo feito e o que pode evoluir, principalmente, a partir do 3º Encontro Nacional de Precedentes do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Desembargador Jayme Henrique: Foi instaurado o processo de escuta ativa do NUGEPNAC e CEIJAP, dando sequência aos trabalhos e para que possamos levar até vocês um pouco daquilo que está sendo produzido nos núcleos e também ter o retorno de todos de onde estamos acertando, de onde precisa melhorar, recebendo críticas, pois são com as críticas que se consegue enxergar os erros e se cresce mais. Vamos então apresentar o NUGEPNAC e o CEIJAP, após queremos ouvi-los.

Taisa Mendonça: Falou sobre o ambiente virtual do Nugepnac e do Ceijap, dispostos na página principal do Tribunal de Justiça e que nela estão as normativas dos núcleos: Resoluções, Portarias e composições de cada um dos núcleos para conhecimento de todos (as).

Juiz Esclepíades Neto: Fez fala na qualidade de coordenador do Centro de Inteligência. Abriu a fala discorrendo sobre a gestão judiciária, tecnologia da informação, comunicação social e educação corporativa madura com

sementes que foram plantadas nos últimos biênios e se imagina que irão florescer daqui pra frente. Na sequência, o Magistrado fez a apresentação sobre o Centro de Inteligência. **O que é?** Um grupo de servidores com destacada atuação na gestão processual (manejar/administrar processos de uma forma individualizada, mas também possibilitando o manejo como um todo). Tratamento molecularizado das demandas repetitivas/ visão global/ maior e padronizada/ Gestão do acervo processual como um todo. **Para que serve ?** Para te ajudar no tratamento molecularizado da demanda repetitiva. **Como funciona?** Ceijap identifica ou alguém aciona o centro para informar uma determinada demanda de massa, prepara o plano de ação, executa estratégias, avalia o efeito: menos trabalho burocrático e mais segurança jurídica. **Pode Prevenir demanda de massa?** Pode! Identifica a causa e busca o acordo pré processual.

Pode ajudar na padronização de classe, assunto, filtros? Sim, colaborando com atos e julgamentos em lote. **É útill?** Depende de todos nós. **Destacou a gestão processual como sendo algo que se fazia intuitivamente e cada vez mais se está fazendo de maneira profissionalizada.**

Márcia Corrêa: Fez apresentação da composição das equipes do Nugepnac e do Ceijap;

Nádia Amanajás: Abordou o funcionamento do NUGEPNAC, esclarecendo que é o órgão responsável pela gestão sistemática de precedentes, de acordo com o estipulado pelo Código de Processo Civil, bem como é o responsável pela promoção do fortalecimento, do monitoramento e da busca pela eficácia no julgamento das ações coletivas no âmbito do Estado do Amapá. O Nugepnac alimenta os bancos nacionais do Conselho Nacional de Justiça, a exemplo do BNPR (Banco Nacional de Demandas Repetitivas) e do CACOL (Cadastro Nacional de Ações Coletivas) e alimenta também a página eletrônica do Tribunal de Justiça na internet. Essa escuta ativa faz parte do plano de ação (biênio 2021/2023) e tem como finalidade principal – estreitar o diálogo da unidade de gestão com todas as demais unidades jurisdicionais, colocando-se á disposição do 1º e 2º graus. Com relação as ações efetivamente iniciadas, a partir de março de 2021, o Nugepnac promoveu dentre outras ações, atualizações que foram feitas nos cadastros de todos os temas com repercussão geral e todos os temas das demandas repetitivas na base de dados do Tribunal.

Márcia Correa – Apresentou o Boletim NUGEPNAC-CEIJAP;

Falou do pedido do Des. Rommel Araújo para a criação de uma revista de precedentes e mostrou o esboço inicial da revista.

Desembargador Jayme Henrique: Falou sobre a criação de um novo produto – a revista, que pretende ser o espelho do conhecimento do que produzimos

na área jurídica no Estado do Amapá. Busca-se desenvolver internamente, sem apoio de nenhuma editora e com trabalho próprio de servidores da casa – com conteúdo técnico muito importante, pensado e discutido por todos que compõem a Justiça – é uma revista que deve ser feita a milhares de mãos e dezenas de milhares de dedos. Por isso, estamos pedindo a todos (as), sejam Desembargadores, sejam Magistrados, sejam servidores deste Tribunal que nos tragam material para a revista. Podemos trabalhar com artigos produzidos por todos (as), podemos trabalhar com monografias produzidas tendo como tema central as demandas repetitivas, as demandas coletivas e nossos próprios IRDRs (causa modelo/ causa piloto). Destacou a importância do trabalho em conjunto com o desenvolvimento da máxima de que "todos somos um" e se trabalharmos juntos, nós podemos fazer a justiça do Amapá ser sempre melhor do que é e ainda levar para os nossos jurisdicionados aquilo que nós pretendemos – que é a justiça com mais segurança dentro das decisões.

Marco Antônio – 1. Apresentou tipos de matérias processuais afetas á atuação do Nugepnac: matérias reconhecidas com repercussão geral pelo STF; matérias eleitas como repetitivas pelo STJ; matérias objeto de incidente de assunção de competência em tramitação no TJAP; Ações Coletivas ajuizadas no Estado do Amapá. 2. Atribuições Gerais do Nugepnac (Res. 235/2016 – CNJ; Res. 286/2019-CNJ; Res. 1432/2021- TJAP); 3. Problemas encontrados e ações estratégicas; 4. Movimento processual: Suspensão ou sobrestamento; 5. Levantamento da Suspensão ou sobrestamento; 6. Painel Cacol – Cadastro Nacional de Ações Coletivas; 7. Caso "Apagão 2020"

Desembargador Jayme Henrique: O objetivo maior é ouvir a todos – abriu os debates.

Desembargador Carlos Tork: Fez fala sobre a parte técnica de procedimento e de tecnologia da informação, no que se refere aos cadastros dos temas afetados, sobrestados e etc. Gostaria de tratar de uma outra questão que é o gerenciamento dos precedentes, o que nós temos sentido no Gabinete 05.

1º admitido o incidente em 2º grau, estamos encontrando dificuldades, quando não ocorre a suspensão dos processos com o tema afetado, gera uma dúvida sobre colocar ou não colocar para julgamento. Veja que na última inspeção do CNJ, aquele determinou que se colocasse em julgamento tema que estava afetado por um IAC, mas que não estava suspenso. Então o processo nessas situações quando não suspende – está no limbo. Pelo encontro nacional que terminou na sexta feira, recomendou-se "ser melhor não julgar" e aguardar o trânsito em julgado. Então este é o ponto quando você não estabelece a suspensão dos processos.

Outra questão – é julgamento monocrático, a partir, de que a tese está firmada e transitada em julgado. Esse julgamento monocrático agiliza muito o processo (já definiu a matéria; a matéria está consolidada, transitou em julgado). Não é mais para levar para a sessão plenária – seja virtual ou física.

Outra questão é a subida do processo – Quando é afetado o tema, encaminha-se o processo para a secretaria. Quando transita em julgado, tem que ter um trabalho da inteligência, de automação e eventualmente mecânico mesmo de fazer os processos subirem, sem a necessidade de que o relator peça para subir os processos. As secretarias é que tem de fazer a gestão.

Outra questão é que nas sessões plenárias – presenciais ou virtuais – estão colocando para julgamento processos que já estão afetados, inclusive que estão suspensos.

Isso tudo é gestão de precedentes – seria muito interessante que a equipe engendrasse esforços para fazer uma nota técnica, a exemplo da nota técnica que foi tratada no encontro do TJDF, como parâmetro a ser trabalhado na confecção de uma nota técnica para o TJAP (1º e 2º graus), uniformizando procedimentos de gestão de precedentes.

Márcio Pacheco: Indagou se o *tucujuris emite notificação ou gera tarefa/rotina quando um precedente tem decisão com trânsito em julgado? Ou a verificação é manual?* Sendo tal questão devidamente respondida pelo servidor Marco Anônio.

Desembargador Adão carvalho: Fez fala no sentido de que a EJAP está á disposição para a realização de cursos e demais ações dos núcleos e da revista Diretriz.

Haroldo – Falou sobre as decisões monocráticas e sugeriu que sejam inseridas no portal do TJAP;

Finalização da reunião com a fala do Desembargador Jayme Henrique: A implantação dessa nova cultura de gestão de precedentes vai melhorar em muito a relação do processual do judiciário com a sociedade, a eficiência da corte, uma vez que estão sendo discutidos os assuntos em conjunto, isso é muito importante para a coletividade.

8) A presente ata foi lavrada por Taisa Mendonça.